

**OS CURRAIS E A VILA: A PECUÁRIA E A PRAÇA MERCANTIL DO
RECIFE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII.**

Alberon de Lemos Gomes

Doutorando em História pela UFPE e professor da FFPNM-UPE

alberonlemos@yahoo.com.br

Orientadora: Dr^a. Virgínia Almoêdo de Assis

A pesquisa que desenvolvemos em nosso curso de doutoramento estuda a economia interna no nordeste colonial dando ênfase à produção de couro e a exportação deste analisando, em especial, a ação da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, percebendo esta como o aparelho articulador do mercado interno com o de além-mar favorecendo o movimento de circulação mercantil desse produto no espaço comercial do Atlântico na segunda metade do século XVIII, mesmo com todos os conflitos com os produtores locais.

Buscamos analisar, também, o impacto da circulação comercial do couro na economia interna da Capitania de Pernambuco e suas anexas (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba), partindo da perspectiva da pecuária enquanto agente conectivo de três universos distintos: o sertão, o litoral e o além-mar.

Tendo como objetivos reconstruir o processo do comércio de couro na economia interna colonial averiguando o impacto desse comércio na economia interna da Capitania de Pernambuco e suas anexas e na formação do espaço do Sertão – este visto como os territórios que não estavam integrados à sociedade açucareira (Cf. SILVA, 2003) – e investigar as exportações de couro analisando mapas de cargas para incluí-lo como produto de pauta de exportação do fluxo mercantil atlântico.

A partir da segunda metade do século XVII formou-se no sertão uma economia complementar a do mercado situado no litoral, as zonas canavieiras, onde a mercadoria se auto-transportava, em boiadas conduzidas por vaqueiros e tangerinos, por centenas de léguas. No percurso, algumas cidades acabaram se desenvolvendo graças a pontos de repouso e de engorda. Esse comércio foi responsável pelo abastecimento de carne verde nas vilas açucareiras. Porém essa economia tinha também alicerces no além-mar através da exportação do couro.

Em termos gerais, propomos avaliar a economia interna colonial e a integração dos espaços históricos, trabalhando num jogo de escalas entre o micro-econômico (a pecuária) e o macro-econômico (comércio atlântico), buscando reavaliar o impacto da pecuária das capitanias do norte no conjunto da economia colonial da América Portuguesa. Esperamos então, contribuir com a revisão e vertebralização (FRAGOSO & FLORENTINO, 1998: 36-40) da produção historiográfica em história econômica, ou seja, enfocando nos estudos os aspectos micro-econômicos e de temas como alimentação, as rotas de comércio, o mercado local e fazer uma tentativa de inserir a produção historiográfica pernambucana fazendo, numa perspectiva de revisão metodológica, uma interligação entre a economia interna (sertão) e externa (via Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba) no contexto deste debate.

Nesta perspectiva, estudamos o fluxo comercial entre o sertão e as Vilas açucareiras da Capitania Geral de Pernambuco e suas anexas provocado pela necessidade de abastecimento de carne e analisar as exportações de couro, via ação da Companhia Geral Pernambuco e Paraíba, evidenciando o fluxo comercial entre facetas internas e externas da economia do Nordeste colonial, situando-a numa conjuntura atlântica e evidenciando o rol de tensões sócio-econômicas e culturais que surgiram desse movimento.

Com a entrada dos colonos no sertão, através da intensificação das guerras de extermínio, a necessidade de consolidação da ocupação que tornou possível o desenvolvimento de atividades ligadas ao mercado interno que servia para abastecer a zona canavieira e posteriormente a zona mineradora e/ou escravização das populações indígenas, começa também a devida expulsão do gado para o sertão, permitindo, assim, a formação de grandes fazendas de gado que na verdade era uma vastíssima rede de propriedades, formando assim nos séculos XVII e XVIII uma economia interiorizada no sertão, assim estabelecendo as bases da produção de carnes e exportação couros, em grande escala, pela Companhia de Pernambuco e Paraíba (RIBEIRO, 2004). A “Guerra dos Bárbaros” também deu sua contribuição para ativar o comércio não só de carne como também de farinha (vide PIRES, 1990; e PUNTONI, 2002).

A expulsão do gado das zonas canavieiras para o sertão foi favorecida por aspectos naturais, o clima semi-árido dificultava a proliferação de verminoses; além

disso, havia uma pastagem natural boa para o gado, no período das chuvas, e ilhas úmidas nas margens dos rios e nas serras para onde ele poderia ser levado no período da seca. Aspectos econômicos também contribuíram nessa expulsão do gado para o sertão; contavam os pecuaristas com um mercado certo na área agrícola, que seria abastecido de carne, de couro e de animais de trabalho. Porém esse movimento não foi pacífico, sendo marcado por tensões entre colonos e a coroa, além das guerras indígenas.

Segundo Maria Yeda Linhares, o estado beneficiava-se com o comércio de gado através de alguns impostos. Os impostos que incidiam sobre a carne, a saber: o dízimo, o subsídio militar, o subsídio literário e o subsídio das bodas (LINHARES, 1981: 49-50).

As longas viagens e as condições precárias dos pastos existentes pelos caminhos levavam a uma forte depreciação do rebanho, o que junto com a forte concorrência entre as feiras que faziam o comércio de gado, acarretavam numa baixa nos preços do gado ao chegar nas vilas açucareiras ou nos grandes centros urbanos da época (Salvador e Recife).

Todos esses problemas, mais o aumento da população no século XVIII na América Portuguesa (cf. SILVA, 2003: 65-68), levaram ao desenvolvimento de uma atividade manufatureira que ganhou grande importância no XVIII que consistia em desidratar a carne e salgar, aumentando a conservação da carne, facilitando assim a sua exportação para áreas mais distantes. Para os primeiros ocupantes do sertão, o couro era um artigo de fundamental importância para a vida cotidiana, onde, segundo Capistrano de Abreu, os sertanejos atravessavam a “época do couro” (ABREU, 1963:147).

Com o fim do período áureo da mineração no Brasil, sente-se a necessidade de conseguir substituir os metais nobres através do fomento de outras atividades econômicas que pudessem evitar a saída contínua de ouro possuído para manter-se estável a balança comercial mercantil.

No caso de Pernambuco que ostentava uma posição de destaque nas exportações de açúcar, após a expulsão dos batavos da capitania, o auge da mineração no Brasil e a aquisição do conhecimento da produção do açúcar pelos holandeses, o principal produto de exportação, o açúcar, começa a decair, sem deixar, no entanto, de contribuir sempre de maneira eficaz na pauta de exportações da colônia. Porém esses fatores – a

mineração e a concorrência holandesa na produção do açúcar – não significou a total estagnação da economia pernambucana colonial. Além de uma economia interna, outros produtos como o tabaco, o couro e o pau-brasil foram aproveitados para a manutenção das exportações.

A partir do século XVIII a colônia já possuía, em alguns de seus portos, homens comprometidos com os negócios onde seus interesses se aproximavam mais do Brasil do que da metrópole. Logo se manifestaram interesses para criação de companhias de comércio para facilitar o escoamento de produtos do Brasil para o Além-mar.

Vários projetos de formação de companhias de comércio foram encaminhados para a coroa, entre elas a proposta da Companhia da Costa Ocidental da África e Companhia de Carnes Secas e Couros do Sertão (Cf. RIBEIRO, 2004:79-82). Porém, essas companhias não beneficiavam, por completo, os mercadores reinóis. Mas o ministro Sebastião de Carvalho e Melo, mudaria os planos dos mercadores locais criando uma companhia de comércio, mas nas bases que a metrópole determinaria sob a influência dos mercadores reinóis. Assim foi criada a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, cujo governo da empresa distribuía-se em uma junta de administração sediada em Lisboa e de duas administrações subalternas: uma na Praça do Porto e outra em Recife (Cf. RIBEIRO, 2004: 79-83).

Entre os artigos exportados, para o Além Mar, o couro, era uma das principais mercadorias exportadas pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Analisando diversos mapas de cargas de navios pertencentes ou não a dita Companhia, vimos que além do açúcar, tabaco, madeiras e pau-brasil, o couro está com certo destaque nesses documentos. Em alguns documentos, as embarcações tinham uma lista de “Courama”, ou seja, as cargas relativas a couro que eram divididos em sola, couro em cabelo, vaquetas e atanados (o mesmo que couro curtido), que se destacava em quantidade do resto da frota. O grande número de documentos dessas práticas evidencia a importância dessa cultura no contexto da economia colonial; inclusive no Além-Mar. É a problematização da construção desse espaço, e das tensões sócio-culturais construídas no seu interior, de comércio que nos guia em nossa investigação.

A economia interna das capitanias do norte da América Portuguesa – seja na faixa litorânea, seja no inóspito Sertão – já ocupou o labor de vários historiadores, desde o

século XIX. O pioneirismo de Capistrano de Abreu (final do século XIX e início do XX) sobre os estudos do Sertão, inclusive caracterizando o período de desenvolvimento da pecuária no nordeste colonial de época do Couro (ABREU, 1963:147), pode-se considerar como o princípio da problemática envolvendo as questões internas sobre a pecuária e o couro, porém sem investigar as relações comerciais entre o sertão e o além-mar.

A história econômica influenciada, principalmente, pela tradição historiográfica do “sentido da colonização” ou o “Pacto Colonial”, inaugurada por Caio Prado Jr. partia de um princípio relativamente datado que buscava explicar os fatos através de um certo exclusivismo econômico da exportação sem levar em consideração aspectos internos, - sociais, culturais e geográficos - que às vezes, poderiam se sobressair sobre os aspectos econômicos.

O pensamento de Caio Prado Jr. buscava inserir o Brasil na economia mundial, negligenciando sua economia interna e as exportações fora do esquema da plantation açucareira, apresentando o foco da economia colonial em determinados produtos de exportação e deixando em posição secundária os destinados ao mercado local, ou então, dividindo a economia do Brasil em ciclos que segundo outros pesquisadores não ocorreram, pois, para Manuel Correia de Andrade, a exportação de um produto continuava no ciclo seguinte, não mais como o principal, mas como um produto de menor importância, menos expressivo (ANDRADE, 2002: 99).

Seguindo o mesmo raciocínio onde o comércio exterior fica como principal eixo da história colonial, Fernando Novais fazia uma análise integrando-o de maneira sistemática ao Antigo Sistema Colonial Mercantilista, à acumulação primitiva de capitais; isso devido à acumulação do capital mercantil na formação do capitalismo. Para Novais, não se verifica nas metrópoles Ibéricas os resultados finais de uma acumulação prévia de capitais, isto é, a industrialização capitalista (NOVAIS, 1995: 57-106). Desses princípios surgem os traços básicos da economia colonial, onde, seguindo Caio Prado Jr., para Novais a hegemonia da plantation resultaria num mercado interno reduzido onde os escravos produziram sua subsistência na própria unidade exportadora.

A primeira crítica ao modelo de Caio Prado Jr. surgiu na década de 1970 com os trabalhos de Ciro Cardoso e Jacob Gorender. Para ele, a sociedade colonial revelaria seu

sentido quando tomada como sistemas integrantes, mas que as atividades de colonização tiveram como resultado o aparecimento de sociedades coloniais cujas estruturas não se reduziam apenas ao exclusivo metropolitano, tendo uma lógica para a economia interna. Ciro Cardoso também procurou avançar no desenvolvimento da hipótese de um modo de produção escravista colonial, onde Jacob Gorender procurou exaltar essa tese mediante, inclusive a formulação de leis de funcionamento. Para Ciro Cardoso, as sociedades coloniais somente revelariam seu pleno sentido quando tomadas como elementos integrantes ou complementares da economia europeia (Cf. FRAGOSO & FLORENTINO, 2001: 22-24).

Seguindo Caio Prado Jr., Fernando Novais e Ciro Cardoso para compreender o sistema econômico colonial, João Fragoso (1998) e Manolo Florentino começam a analisar não só a economia, mas a sociedade arcaica que se encontrava no Brasil colonial (mais especificamente no Rio de Janeiro), fato explicado pelo que chamam de Arcaísmo cuja estrutura chegava a diferir dos padrões clássicos do Antigo Regime, onde no século XVIII a agricultura por si só, não sustentava a dominação aristocrática. Pois o projeto colonizador, além de criar um sistema monocultor e exportador, visava também reproduzir uma hierarquia altamente diferenciada. Sendo assim, invertendo a fórmula onde a economia influencia a sociedade e colocando a sociedade e a cultura influenciando a economia.

Para João Fragoso e Manolo Florentino, o fato é que a agricultura exportadora era incapaz de manter os recursos básicos para manutenção da sociedade, “a estrutura de produção colonial gerava seus mercados de homens e alimentos, o que, por sua vez, viabilizava a aparição de circuitos internos de acumulação para além das trocas com a Europa” (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001: 54).

Alguns historiadores abordam, em suas pesquisas, a importância do mercado interno colonial. Trabalhando com a Bahia, B. J Barickman (2003) trabalha com a economia interna interligando o sertão baiano, com o comércio de carne e farinha, às vilas açucareiras. Usando um contraponto, as altas e baixas dos preços da lavoura de cana, o mercado interno poderia ser influenciado por diversos fatores – as secas poderiam prejudicar no abastecimento interno de alimentos, a chegada do alistamento militar afugentavam os vendedores, o confisco de embarcações que não usavam as rotas

fluviais controladas pela coroa – e não só pelas altas e baixas do mercado externo de açúcar.

Outro exemplo que vale a pena ser citado é Maria Yêda Linhares (1998), com o trabalho sobre a pecuária e a produção de alimentos na colônia, visando também o abastecimento interno de alimentos e colocando em foco aspectos políticos, como cobranças de tributos. Francisco Carlos Teixeira da Silva (2002) seria outro exemplo de historiador economicista que, assim como Barickman e Linhares, trabalha dando ênfase ao espaço econômico do sertão nordestino e a economia interna.

Já entre os autores que se dedicaram a estudar a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba, podemos destacar os nomes e contribuições de José Ribeiro Jr (2004), Érica Simone de Almeida (2001), Antônio Carreira (1982) e, numa medida mais restrita, Guillermo Palacios (2004).

No tocante à integração da economia colonial ao mercado atlântico, destaca-se a obra de Luiz Felipe de Alencastro (2000) como exemplo de perspectiva revisionista da formação da nossa sociedade, a partir do viés das trocas culturais e econômicas ocorridas via fluxo atlântico. Porém não há ainda estudos que tentem compreender a economia interna das capitanias do norte da América Portuguesa numa perspectiva atlântica. E é nessa lacuna historiográfica que focamos nossa atenção ao planejar esta pesquisa.

Dialogando com as obras de autores como Capistrano de Abreu, Roberto Simonsen, Maria Yedda Linhares, Guillermo Palacios, José Jobson de Arruda, Charles Boxer, Manolo Florentino, João Fragoso, José Ribeiro Jr. e Francisco Carlos Teixeira da Silva, dentre outros, nosso intento com esta pesquisa é enquadrar a produção de couro na Capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVIII no espaço comercial do atlântico.

Em termos mais amplos, visamos analisar a economia interna colonial e a conexão dos espaços históricos, atuando num jogo de escalas entre o micro-econômico (a pecuária) e o macro-econômico (comércio atlântico), procurando reavaliar a força da exportação do couro via capitania de Pernambuco no conjunto da economia colonial da América Portuguesa, em especial no fluxo comercial no Atlântico.

Em um estudo clássico sobre a economia do Brasil Colonial, Roberto Simonsen (1957: 363), apresenta dados sobre as exportações da colônia no ano de 1777. Nestes números destacam-se a presença do couro e seus derivados: 1:163\$700 de couro de bezerro, 541:665\$780 em couro em cabelo, 3:548\$800 de raspas de couro, 796\$000 em sola e 4:613\$175 em sola cortada em pedaços. Em conjunto, esses dados revelam a importância da coureira na pauta de exportações, principalmente quando comparamos esses números com o de outros produtos do rol de mercadorias da colônia: o açúcar, por exemplo, obteve uma renda de 665:156\$040 para o branco e de 135:508\$320 para o mascavado.

Teoricamente nossa pesquisa baseia-se nas obras de Fernand Braudel, Michael de Certeau, E. P. Thompson, João Fragoso e Manolo Florentino. Para trabalhar as relações de espaço construídas nas trocas comerciais entre o sertão, as vilas açucareiras da capitania de Pernambuco e o Além-Mar; vamos nos apropriar dos estudos de Certeau referente à produção da narrativa sobre espaço, onde os indivíduos – ou sujeitos históricos – e suas relações transformam o “lugar” em espaço (CERTEAU, 1994: 199-217.) sendo essas relações – no caso desta pesquisa – pautadas e criadas a partir das práticas econômicas, criando um espaço de atuação comercial que interligava o sertão com a praça mercantil do Recife e o além-mar.

É o mesmo Michel de Certeau que nos afirma, ao analisar a escrita da História e o ofício do historiador que “a escrita põe em cena uma população de mortos: personagens, mentalidades ou preços” (CERTEAU, 1982:106). Comparando os trabalhos do historiador com a visita a um museu, Michel de Certeau organiza uma relação que se constrói na operação histórica entre o espaço e o percurso afirmando que a historiografia “representa mortos no decorrer de um itinerário narrativo” (CERTEAU, 1982:107). Projetamos também, seguirmos na execução da pesquisa por sob a influência do pensamento de Fernand Braudel quando este propõe “uma decomposição da história em planos escalonados”, evidenciando e buscando harmonizar, no tempo histórico, o tempo geográfico, o tempo social e o tempo individual; visando assim, a “decomposição do homem num conjunto de personagens” (BRAUDEL, 1992: 15); nos apresentando também o conceito de economia-mundo, por ele desenvolvido para analisar o universo do Mediterrâneo no século XVI (BRAUDEL, 1996) e que faremos uso para analisarmos

o impacto da economia pecuária na economia das vilas litorâneas do Pernambuco colonial e suas repercussões na economia-mundo do Atlântico.

Destarte, o espaço geográfico do sertão nordestino colonial integrado ao comércio das vilas açucareiras litorâneas e participando do jogo mercantil do atlântico nos levará à reconstrução dessa realidade histórica dos homens que se inseriam nesse universo de trocas no período da segunda metade do setecentos. Com a intenção de contribuir para os debates historiográficos em torno da história sócio-econômica no período colonial, propomos analisar a dinâmica da economia do Brasil Colônia abordando primeiramente as questões internas e posteriormente as questões externas, integrando-as, tentando assim, partir para uma abordagem que integre aspectos micro-econômicos com os macro-econômicos, concordando com Jacques Revel quando este afirma que “mais do que uma escala é a variação de escala que aparece aqui como fundamental” (REVEL, 1998:38).

Para isso escolhemos a produção de couro no sertão nordestino colonial e a exportação deste, para averiguar o impacto desse comércio no espaço histórico do século XVIII, mais especificamente no sertão e vilas açucareiras litorâneas (em especial, a praça mercantil do Recife), propondo assim a importância econômica da produção do sertão para implementar a pauta de exportação da colônia, através do funcionamento dessa exportação envolvendo a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba.

Conforme Fernand Braudel “a história se aplicou a compreender os fatos de repetição assim como os singulares, as realidades conscientes assim como as inconscientes. O historiador, desde então, quis ser e se fez economista, sociólogo, antropólogo, demógrafo, psicólogo, lingüista...” (BRAUDEL, 1992: 97). Sendo assim, utilizaremos o conceito de vertebralização da história, proposto por João Fragoso e Manolo Florentino, que consiste em usar influências culturais, políticas, sociais, abordagens micros e macros para explicar a economia colonial e utilizar os fatores econômicos como uma forma de analisar o funcionamento da formação dos espaços históricos, a sociedade, cultura, sem o exclusivismo da economia como pilar principal e determinante da história.

Nesta senda, a obra de Thompson, em especial seu conceito de economia moral nos é de vital importância. Ao apresentar o que ele chamou de economia moral, Thompson afirma que, na Inglaterra entre os séculos XVI e XVIII, a intervenção da coroa e suas autoridades no comércio de gêneros alimentícios, para garantir o bom funcionamento do mercado era uma prática comum (THOMPSON, 1998: 150-202). Tentamos, ao analisar nossa documentação, também localizar a ação da coroa lusitana e das autoridades locais no comércio de couro na capitania de Pernambuco do século XVIII.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. 5ª. edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Érica Simone de. *O Fim do Monopólio: A Extinção da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1770-1780)*. (Dissertação de Mestrado). Recife: Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Formação Territorial e Econômica do Brasil*. Recife: FJN / Massangana, 2002.

ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*. Volume 1: As Estruturas do Cotidiano: O Possível e o Impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*. Volume 3: O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. *Escritos sobre a História*. 2ª. edição. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CARREIRA, Antonio. *As Companhias Pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- _____. *A Invenção do Cotidiano*. Volume 1: Artes de Fazer. 7ª. edição. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FRAGOSO, João. *et alli*. (Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa, (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. & FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. “História Econômica”. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- LINHARES, Maria Yêda. *História da Agricultura Brasileira – Combates e Controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- PALACIOS, Guillermo. *Campesinato e Escravidão no Brasil*. Brasília: EdUnB, 2004.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos Bárbaros*. Recife: CEPE, 1990.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. 18ª. edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec / FAPESP / Edusp, 2002.
- REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e Monopólio no Nordeste Brasileiro*. 2ª. edição. São Paulo: Hucitec, 2004.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras*. (Tese de Doutorado). Recife: UFPE, 2003.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil, 1500-1820*. 3ª. edição. São Paulo: Nacional, 1957.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.